



ATA DE REUNIÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Identificador/Tema	1ª Reunião de Análise da Estratégia do TRT6 (RAE-TRT6)
Data	19/06/2025
Horário (início/término)	10h20 às 11h40
Tipo	Presencial com transmissão pelo YouTube
Local	Sala do Tribunal Pleno

2. PARTICIPANTES

	Nome	Atividade/Cargo
1	Alexsandra Monteiro da Silva	Coordenadora de Integridade, Processos e Iniciativas Nacionais
2	Adriana Satou Lessa Ferreira Pinheiro	Juíza da 4ª Vara do Trabalho do Recife
3	Avany Gomes da Cunha Cavalcanti	Diretora da Secretaria de Auditoria
4	Cristiane Machado Nascimento	Secretária-Geral Judiciária
5	Dione Furtado	Desembargadora Federal do Trabalho
6	Eduardo Henrique Brennand Dornelas Câmara	Juiz Auxiliar da Presidência
7	Eduardo Pugliesi	Desembargador Vice-Presidente do TRT-6
8	Elielson Floro da Silva	Servidor representante do SINTRAJUFE
9	Elisabete Duarte de Souza Alves	Chefe da Divisão de Governança e Projetos Estratégicos
10	Enoque de Souza e Silva Sobrinho	Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças
11	Erika Antunes de Araújo Gusmão	Diretora-Geral em exercício
12	Felipe Cesar Bosco de Miranda	Chefe da Seção de Acompanhamento e Controle Estatístico
13	Filipe Gustavo Ciolfi Guerrero	Servidor da Divisão de Inovação
14	Humberto Galvão da Silva	Assessor da Corregedoria
15	Fernanda Figueira	Assessora da Vice-Presidência
16	Ivan Valença de Souza Alves	Desembargador Federal do Trabalho

17	Jeane Nunes de Queiroz	Coordenadora de Governança de Contratações e de Obras
18	João Adriano Pinheiro de Sousa	Diretor da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
19	Kátia do Rego Barros	Assessora da Vice-Presidência
20	Kleber Nole dos Santos	Seção de Gestão do e-Social e Iniciativas Nacionais
21	Lais Amaral	Servidora da Coordenadoria de Estatística e Pesquisa
22	Laís Sampaio Parente	Servidora da Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão
23	Liliane Mendonça de Moraes Souza	Juíza da 3ª Vara do Trabalho de Caruaru
24	Luciana von Söhsten	Chefe da Divisão de Inovação
25	Luiz Eduardo Moura de Oliveira	Coordenador de Estatística e Pesquisa
26	Maria de Fátima Freire Porto	Servidora da Seção de Desenvolvimento de Sistemas Administrativos
27	Maria Eduarda Vaz de Oliveira Correa Lima	Coordenadora de Comunicação Social
28	Maria Isabel dos Santos Kaehler	Chefe do Núcleo de Apoio a Gestão dos Contratos de Serviços Gerais
29	Marisa Lopes Dourado Cavalcanti Lyra	Secretária-Geral da Presidência
30	Marísia Alexandra de Oliveira Bahé	Diretora da 23ª Vara do Trabalho do Recife
31	Nise Pedroso Lins de Sousa	Desembargadora Diretora da EJud-6
32	Patrícia Valença	Chefe do NUPEMEC
33	Renata Maranhão	Secretária da Corregedoria
34	Renatto Marcello de Araújo Pinto	Diretor da Secretaria de Autogestão em Saúde
35	Ricardo Hermes Linhares Rezende	Coordenador de Gestão Documental e Memória
36	Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura	Desembargador Presidente do TRT-6
37	Saulo da Silva Brilhante	Chefe da Seção de Proteção de Dados Pessoais
38	Samantha Alexandre de Barros	Chefe da Seção de Inteligência de Dados
39	Sandra Cristina Pereira de Almeida	Servidora da Divisão de Governança e Projetos Estratégicos
40	Sergio Luiz dos Santos Filho	Diretor da 1ª Vara do Trabalho de Igarassu

41	Sérgio Ricardo Batista Mello	Diretor da Secretaria Administrativa
42	Sérgio Santos de Lucena e Melo	Diretor da Ordenadoria da Despesa
43	Sergio Torres Teixeira	Desembargador Federal do Trabalho
44	Talice Araújo Bandeira	Servidora da Secretaria Administrativa
45	Thiago de Albuquerque Lins	Chefe da Seção de Gestão do e-Social e Iniciativas Nacionais

3. DESENVOLVIMENTO

Aos dezenove dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, às 10h20, foi aberta a 1ª Reunião de Análise da Estratégia de 2025 (RAE-TRT6) pelo Desembargador Presidente Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura, que ressaltou a importância da transparência na gestão e da continuidade das ações estratégicas com foco no aprimoramento das atividades do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Em seguida, o presidente passou a palavra a João Adriano Pinheiro, Diretor da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SEGGEST), responsável pela coordenação da reunião.

O diretor da SEGGEST apresentou os macrodesafios do Poder Judiciário, destacando que o Plano Estratégico Institucional do TRT-6 (PEI), revisado em 2024, está alinhado aos planejamentos estratégicos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Informou que o PEI possui 11 objetivos estratégicos, apoiados por cerca de 20 indicadores, sendo alguns incluídos na revisão de 2024 e outros implementados em 2025 para levantamento das linhas de base.

Na sequência, Adriano ressaltou que estamos no penúltimo ano do ciclo estratégico e que, na última revisão em 2024, foram acrescentados indicadores que já sinalizam que caminho o Poder Judiciário poderá tomar no próximo ciclo. Face à relevância, alguns temas como acessibilidade e integridade deverão ser abordados no próximo ciclo, sem prejuízo de objetivos específicos para melhor desempenho de sua área finalística. O novo Plano Estratégico também deverá estar alinhado às Metas Nacionais do Poder Judiciário.

Após, comentou sobre os desafios para alcançar as metas nacionais do Poder Judiciário para 2025 - Meta 01 (julgar mais processos do que os distribuídos), Meta 02 (redução do estoque de processos antigos), Meta 03 (estimular a conciliação) e Meta 05 (reduzir a taxa de congestionamento), Meta 09 (promoção da inovação) e a Meta 10 (assegurar direitos da criança e do adolescente). Esclareceu que os indicadores relacionados às metas judiciárias seriam detalhados por Luiz Eduardo, coordenador de estatística e pesquisa.

João Adriano esclareceu sobre a metodologia trazida pela Resolução CSJT nº 387/2024, na qual a execução da estratégia se dá pela concretização de iniciativas. Esclareceu que a estratégia é monitorada por meio da avaliação de desempenho dos indicadores, considerando as

metas e objetivos correspondentes.

Em seguida, foi apresentada a situação atual dos indicadores estratégicos, para fins de monitoramento, os quais são impulsionados pelas iniciativas - nacionais ou locais - para o alcance de melhores resultados institucionais.

Um desses indicadores apresentados é o Índice de Inovação - totalmente alinhado ao cumprimento da Meta 09 do CNJ. Sobre esse indicador, a chefe da Divisão de Inovação, Luciana von Söhsten, informou que foram cadastrados dois projetos na plataforma RENOVAJUD, para cumprimento do indicador:

- Mapa do Absenteísmo - em parceria com o TRT-10;
- Detecção de Anomalias em Alvarás Judiciais - em parceria com o TRT-1.

Luciana informou ainda acerca do fim das atividades do grupo nacional para a padronização da Carta de Serviços da Justiça do Trabalho, a fim de viabilizar a mensuração do Índice de Satisfação (IS), indicador inserido com a última revisão do PEI.

Na sequência, João Adriano passou a palavra para Luiz Eduardo que detalhou a situação do Tribunal para o cumprimento dos indicadores relacionados às Metas Nacionais da área judiciária. Dessa análise, foi informado que o Índice de Processos Julgados (IPJ) está em 90,54% no ano, apresentando uma dificuldade para o cumprimento da Meta 1 em virtude do aumento expressivo de processos distribuídos (53 mil entre janeiro e maio de 2025, cerca de 15% a mais do que o registrado no mesmo período de 2024). A Meta 2, relativa ao julgamento de processos antigos, também apresenta desafios em função da ausência de cláusula de barreira. A taxa de congestionamento permanece em tendência de queda, com expectativa de atingir o limite inferior a 40% até o final do exercício. O índice de conciliação mantém-se satisfatório, com 52,58%.

Foram apresentados gráficos com a evolução ao longo dos anos dos prazos médios de etapas diversas da fase de conhecimento e de execução, bem como dos quantitativos de processos distribuídos e julgados. Destacou-se a redução dos prazos médios das sentenças para cerca de 138 dias entre distribuição e prolação.

O desembargador Eduardo Pugliese registrou que, gabinetes com estoque zerado ao final do ano podem não cumprir a meta 01 por falta de processo para julgamento, e levantou a importância de se levar esse debate institucional para revisão da metodologia junto ao CNJ. Nesse ponto, Luiz Eduardo esclareceu que, para efeito de cumprimento da meta 01, o CNJ não considera uma unidade judiciária específica, mas o Tribunal como um todo.

Após ter sido demonstrada a situação de todos os indicadores, foi apresentado o status geral do portfólio de iniciativas estratégicas do Tribunal. Nesse ponto, Elisabete Duarte, chefe da Divisão de Governança e Projetos Estratégicos, destacou algumas iniciativas do Tribunal, entre as quais estão: Consolidação da Cultura da Justiça Multiporta, Criação do Centro de Mediação TRT6-UNICAP (Escola de Consenso), Programas de Saúde e Qualidade de Vida, Ações de Enfrentamento ao Assédio e Discriminação, implementação do Plano de Continuidade de Negócio, Elaboração do Inventário dos Gases de Efeito Estufa, ação que faz parte do programa de descarbonização do Tribunal.

Por fim, o presidente do Tribunal agradeceu o empenho das unidades e das equipes envolvidas, reforçando a necessidade do planejamento estratégico como instrumento essencial para o enfrentamento dos desafios institucionais e o fortalecimento da prestação jurisdicional. Agradeceu a presença de todos(as) e encerrou a reunião.

A apresentação com quadros, gráficos e outras informações levadas para conhecimento e análise durante a reunião é parte integrante desta ata e segue anexa.

Reunião registrada por Luciana von Söhsten

4. ASSINATURA DA ATA PELOS MEMBROS DO COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA PRESENTES

Nome		Assinatura
1	Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura	<i>Assinado Eletronicamente</i>
2	Eduardo Pugliese	<i>Assinado Eletronicamente</i>
2	Eduardo Henrique Brennand Dornelas Câmara	<i>Assinado eletronicamente</i>
3	Liliane Mendonça de Moraes Souza	<i>Assinado Eletronicamente</i>
4	Marisa Lopes Dourado Cavalcanti Lyra	<i>Assinado Eletronicamente</i>
5	Cristiane Machado Nascimento	<i>Assinado eletronicamente</i>
6	João Adriano Pinheiro de Sousa	<i>Assinado Eletronicamente</i>